

O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E SEUS REFLEXOS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO

Gilberto Torres Alves Jr.

Advogado em Tangará da Serra (MT),

E-mail: gtorresj@oabmt.org.br

ABSTRACT - The aim of this work is to analyse the land property structures of State of Mato Grosso after Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO has planned the development of the Brazilian middle-west region in the 70's and 80's in order to occupy the empty demographics areas and integrate it to the south and southeast economical process.

Key words: *Mato* Grosso; land property structure; SUDECO

INTRODUÇÃO

A origem da reocupação do território do atual Estado de Mato Grosso está na descoberta, pelos bandeirantes, das minas de ouro nas margens do Rio Coxipó, em Cuiabá.

Depois do primeiro surto de desenvolvimento com a exploração de ouro e minas de diamante, a região passou por um período em que o aproveitamento econômico diversificado, e não de estagnação econômica, como muitos acreditam, pois, conforme preleciona Siqueira (1990), além da mineração, Mato Grosso produzia açúcar, erva-mate, poaia, borracha e explorava a pecuária.

Durante o Estado Novo, o Governo Federal passou a incentivar a ocupação dos

imensos 'vazios demográficos' no interior do país. O primeiro programa de ocupação foi denominado de 'Marcha para o Oeste', com a criação da Fundação Brasil Central, que tinha como objetivo mapear e criar núcleos populacionais em diversas áreas do Centro-Oeste.

Em Mato Grosso, a Fundação Brasil Central atuou ativamente na região leste do estado, especificamente no Vale do Araguaia e no município de Barra do Garças. Como resultado da atuação da autarquia surgiram diversos núcleos urbanos, destacando-se a cidade de Nova Xavantina.

O governo do Estado de Mato Grosso, nas décadas de 50 e 60 promoveu uma grande venda de terras nas regiões Norte e Noroeste do atual estado, no intuito de que

as referidas áreas fossem colonizadas por particulares. Entretanto, tal tentativa não deu certo, e ao invés de surgirem novos núcleos urbanos e rurais, houve uma concentração de grandes extensões de terras nas mãos dos particulares.

Em 1967 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com sede em Brasília, e que encampou a Fundação Brasil Central, passando a planejar a ocupação de áreas do Estado de Mato Grosso, por meio de diversos projetos de desenvolvimento. O planejamento estatal tinha por objetivo integrar a região ao processo produtivo do sul e sudeste do Brasil.

De fato a integração houve. Todavia, os reflexos dos projetos desenvolvidos pelos órgãos governamentais na estrutura fundiária do estado foram danosos, e provavelmente de difícil reversão no curto e médio prazo.

Após um estudo geográfico-histórica da atuação da SUDECO no Estado de Mato Grosso foram analisados os dados das Estatísticas Consolidadas do Recadastramento/1992 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em todos os municípios do Estado, obtendo-

se médias estaduais das diversas categorias de propriedades, segundo a classificação do próprio INCRA.

Para demonstrar a estrutura fundiária do estado foram escolhidos municípios que integraram as áreas-programas da SUDECO.

Os dados depois de tabulados foram analisados, agrupados e apresentados da seguinte forma: número de propriedades rurais cadastradas por município, área cadastrada, percentagens dessa área referentes a minifúndios e pequenas propriedades, médias e grandes propriedades.

Na análise considerou-se a área total cadastrada de cada município, e não a efetivamente explorada. Essa opção se justifica pelo fato de que Mato Grosso possui três ecossistemas, e cada um possui um limite legal de exploração, sendo igual para todos.

O PLANEJAMENTO ESTATAL EM MATO GROSSO

O governo federal ao olhar para Mato Grosso, via no Estado um grande 'vazio demográfico', com terras que poderiam ser integradas ao processo produtivo, e com

isso se poderia aliviar as pressões sociais que já estavam ocorrendo no nordeste, no sudeste e no sul. Segundo Siqueira (1990:130):

A 'Marcha para o Oeste', empreendida por Getúlio Vargas, foi suficiente para estimular migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso. O projeto original visava fixar o trabalhador nacional em solo mato-grossense, através de assentamentos em pequenas propriedades.

A política fundiária adota pelo governo tinha por objetivo absorver os excedentes populacionais das regiões sul e sudeste, que já começavam a incomodar. Com esse objetivo foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim preleciona Abreu (2001:59) sobre os objetivos da CAND :

A CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos: a) garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional das áreas limítrofes com os países vizinhos; b) "desafogar" áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro, por exemplo, dada as condições de miserabilidade enfrentadas pela grande maioria da sua população, já em constante migração para outras áreas do País (principalmente São Paulo e Amazônia) e agora, para o Sul de Mato Grosso; c) confirmar a parte austral mato-grossense como extensão do Sudeste, participando como mercado de consumo dos produtos paulistas, bem como extensão da área de produção.

Na área do atual Estado de Mato Grosso a 'Marcha para o Oeste' deixou marcas na região de Barra do Garças, onde promoveu a ocupação das terras para a implantação de projetos de pecuária.

No governo militar, em face da ineficiência da Fundação Brasil Central, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO. Esta, após diversos estudos, passou a planejar a ocupação do estado, desenvolvendo, para tanto, alguns projetos. Basicamente, a SUDECO planejou uma malha viária no intuito de facilitar a penetração nas áreas consideradas 'vazias'.

Foi nos anos 70 que se iniciou a abertura das rodovias BR-158, ligando Barra do Garças à divisa com o Estado do Pará; a BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém, e houve a reconstrução da BR-364, no trecho Cuiabá-Porto Velho.

Para facilitar a colonização das áreas adjacentes a essas rodovias, foi editado o Decreto-Lei nº 1.164/71 que tornava as terras às margens das rodovias federais, na Amazônia Legal, numa faixa de 100 km, suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Uma vez implantada a infra-estrutura

básica, as áreas de terras que já haviam sido vendidas, valorizaram-se rapidamente, dando origem a diversos projetos de colonização privada e agropecuários.

Só no eixo da BR-163, entre Cuiabá e a divisa com o Pará surgiram três grande projetos de colonização particular: Nova Mutum (Agropecuária Mutum S/A), Sorriso (Colonizadora Feliz) e Sinop (Colonizadora Sinop S/A). Fora do eixo, mas ainda sob a influência da rodovia foram implantados os projetos de colonização de Alta Floresta (INDECO) e Colíder (Colonizadora Liderança).

Além desses, no final dos anos 70 o INCRA também implantou três grandes projetos de colonização: Lucas do Rio Verde (PAC Lucas), Peixoto de Azevedo (PAC Peixoto) e Guarantã do Norte (PAC Braço Sul e Braço Norte). Também foram implantados projetos de colonização menores ao longo e na adjacência da rodovia.

O primeiro projeto desenvolvido pela SUDECO foi o Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste – PLADESCO.

“(…) foi o primeiro plano elaborado pela SUDECO a partir da realização de

diagnósticos e prognósticos para uma programação de ações a serem realizadas a longo e médio prazos, dentro das metas nacionais de expansão do mercado e de ampliação da produção de produtos não-tradicionais como, por exemplo, minérios, soja, para exportação.” (ABREU, 2001:86)

No Estado de Mato Grosso foram incluídas no programa as áreas de Aripuanã, Cáceres, Peixoto e Rondonópolis.

Paralelo à implantação da infra-estrutura para que houvesse a colonização, a SUDECO planejou o desenvolvimento da agricultura no Cerrado, deixando a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA as pesquisas para tanto. A implantação desse projeto deu-se pelo POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado, que tinha por objetivo a ocupação das áreas de Cerrado para o cultivo das terras que antes eram consideradas imprestáveis para qualquer tipo de cultura.

O POLOCENTRO foi criado pelo Decreto nº 75.320/75, e segundo Abreu (2001:147) tinha o seguinte objetivo:

Tratava-se de um programa do II PND, criado especialmente para promover a ocupação de áreas selecionadas, do Planalto Central Brasileiro, de predominância de Cerrado, que previa para

o período de 1975/79 a incorporação de 3,7 milhões de hectares à agropecuária e atividades florestais, nos então estados de Goiás e Mato Grosso, além de Minas Gerais, e que ficou sob a responsabilidade de gerenciamento da SUDECO.

O projeto previa a implantação da infraestrutura básica para o escoamento e armazenamento da produção. Em Mato Grosso foram selecionadas duas áreas, a saber: Parecis (na região da Chapada dos Parecis, onde hoje se localizam os municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino, Sapezal e Tangará da Serra), e Xavantina (hoje os municípios de Água Boa, Canarana e Nova Xavantina).

Nessas duas regiões foram implantadas malhas viárias e silos, além da exploração de jazidas de calcário, utilizado para corrigir a acidez do solo do Cerrado.

Na mesma época o governo federal também desenvolveu o POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, criado pelo Decreto nº 74.607/74, na área da Amazônia Legal. O gerenciamento do programa ficou a cargo da SUDECO e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

No Estado foram contempladas com o projeto a região Norte e a região do

Xingu. Uma das ações desse projeto foi a criação de um núcleo populacional na região de Aripuanã (MT), hoje a cidade de Juína (MT).

Já nos anos 80, e sofrendo com a escassez de recursos, a SUDECO criou o POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, criado pelo Decreto nº 86.029/81, e que tinha por objetivo o asfaltamento da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, além da implantação de infraestrutura básica na área de influência. No Estado de Mato Grosso foram incluídas no POLONOROESTE a região Noroeste, estando aí inclusa a Chapada dos Parecis.

O POLONOROESTE foi responsável pela malha rodoviária da região Noroeste, bem como por diversos projetos de cunho social, tais como implantação de escolas na zona rural e postos de saúde nos municípios abrangidos pelo programa.

Com a extinção da SUDECO no governo Collor, a região Centro-Oeste deixou de ter um órgão estatal planejador do desenvolvimento da região, passando cada estado a trabalhar de forma isolada.

A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso possui uma área de 906.806,9 Km² e três ecossistemas: pantanal, cerrado e floresta amazônica.

Segundo fontes da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF (Brito, p. 348) as propriedades rurais do estado possuem a distribuição verificada na Tabela 1.

Tabela 1

Situação fundiária de Mato Grosso

Categoria de Produtores Rurais	Em relação ao nº de Imóveis (%)	Em relação à área do Estado (%)
Pequenos (até 100 ha)	71,20	8,7
Médios (de 100 a 1.000 ha)	16,60	14,5
Grandes (acima de 1.000 ha)	12,20	76,8

Fonte: Secretaria de Planejamento - Seplan/Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiário - SAAF, 1994

A concentração de terras é bastante clara, e reafirmada com a análise das estatísticas do INCRA, com base no recadastramento de 1992, que apresentam os seguintes resultados:

a) os minifúndios e pequenas propriedades variam entre 0,05% a 65,1% da área cadastrada;

b) as propriedades médias variam entre 1,5% a 43,7% da área cadastrada; e

c) as grandes propriedades variam entre 14,3% a 96,8% da área cadastrada.

Em termos de minifúndio e pequena propriedade, o Município de Cocalinho, no Vale do Araguaia, apresenta a menor

quantidade de área dessas propriedades em relação à área cadastrada, com apenas 0,05%. A melhor relação é do Município de Terra Nova do Norte, com 65,1% da área cadastrada pertencente a minifúndios e pequenas propriedades rurais, e a média, no Estado, de áreas de minifúndio e pequenas propriedades em relação à área cadastrada é de 13,48%.

Quanto às médias propriedades, a menor porcentagem é do Município de Santa Terezinha, no Vale do Araguaia, com apenas 1,5%, e a maior é do Município de Ribeirãozinho, com 43,7% da área

cadastrada pertencente às médias propriedades, e a média estadual é de 20,94% da área cadastrada como sendo as médias propriedades rurais.

A maior variação é das grandes propriedades. Enquanto no Município de Glória d'Oeste, aquelas representam 14,3% da área cadastrada, no Município de São José do Xingu representam 96,8% da área. A média das grandes propriedades no estado é de 67,4% da área cadastrada.

OS REFLEXOS DO PLANEJAMENTO GORVERNAMENTAL NA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO

Ao planejar a ocupação dos espaços 'vazios' do Estado de Mato Grosso, os órgãos planejadores adotaram o modelo da grande propriedade como base, com exceção dos projetos de colonização desenvolvidos pelo INCRA. Isso se materializa na política governamental de vender grandes áreas a particulares no intuito de que esses as colonizassem, ou implantassem grande projetos agropecuários.

Na área de influência da SUDAM, diversas empresas receberam incentivos fiscais para colonizarem ou implantarem projetos agropecuários. A superintendência agia no

Estado de Mato Grosso na chamada Amazônia Legal, que é toda área situada acima do paralelo 13° S (art. 1º, VI, Lei 4771/65), ou seja, na maior parte do estado.

Por meio do POLOAMAZÔNIA diversas empresas adquiriram vastas extensões de terras no estado, e como resultado, temos grandes latifúndios, que ainda hoje não são explorados, mas servem apenas para a especulação imobiliária. Em algumas dessas grandes extensões de terras foram implantados projetos de colonização.

Também estão presentes a colonização oficial, desenvolvida pelo INCRA, que muito atuou na área norte do estado. Os municípios que abaixo demonstram a estrutura fundiária foram escolhidos em razão de sua importância econômica dentro do Estado de Mato Grosso.

Eis uma análise feita por regiões do Estado, sendo que nas tabelas apresentadas, o município em negrito é considerado o pólo da região

No Norte do Estado

É no Norte do Estado de Mato Grosso que a colonização particular mais avançou.

No eixo da BR-163 foram implantados os projetos de Mutum, Sorriso e Sinop, e na área de influência Alta Floresta e Colíder, todos de colonização particular. Ainda no eixo desta mesma rodovia, o INCRA implantou quatro projetos de colonização: Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

Os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop e Vera, têm em comum a exploração da terra, atualmente, para a produção de commodities agrícolas. Essas são a exploração da terra com a plantação de

produtos voltados para a exportação. Nos demais da região ainda é forte a presença da indústria madeireira, e da pecuária extensiva, e em alguns casos o garimpo.

Merece destaque o caso da Colonizadora Sinop S/A, que em sua área de atuação criou quatro cidades, Cláudia, Santa Carmem, Sinop e Vera, sendo que apenas Sinop está no eixo da BR-163.

Daí se pode ter noção do tamanho das áreas que foram vendidas aos particulares para que se empreendessem projetos de colonização.

Tabela 2

Situação fundiária dos municípios do Norte de Mato Grosso

Município	Propriedades cadastradas	Área cadastrada (ha)	% de minifúndio e pequenas	% de médias propriedades	% de grandes propriedades
Alta Floresta	2760	719.593,1	24,7	12,4	62,9
Cláudia	520	290.856,6	12,2	21,3	66,0
Colíder	1703	327.087,0	25,5	16,6	57,7
Guarantã do Norte	3099	550.441,4	36,9	23,9	38,9
Lucas do Rio Verde	982	377.743,4	41,9	21,9	36,2
Peixoto de Azevedo	1028	507.107,3	10,1	2,1	87,8
Sta. Carmem	331	183.995,4	12,7	14,0	73,3
Sinop	1392	630.051,6	16,6	18,7	64,7
Terra Nova do Norte	1134	119.197,6	65,1	15,0	19,9
Vera	954	1.074.340,3	7,0	16,9	76,1

Fonte: Estatísticas consolidadas do recadastramento/1992, INCRA

Analisando a Tabela 2, verifica-se a opção pela grande propriedade, em detrimento da pequena, exceto nos casos de colonização pelo INCRA, que, até a publicação das estatísticas com base do cadastro rural, ainda permaneciam com suas estrutura fundiária voltada para o minifúndio e pequena propriedade rural.

Entretanto, mister é fazer uma observação. Apesar de Peixoto de Azevedo ter sido uma colonização do INCRA, no início dos anos 80 houve uma intensa atividade de garimpo na região, alterando sua estrutura fundiária original.

No Vale do Araguaia

Se no Norte do Estado há uma alta concentração de terras, é no Vale do Araguaia que estão as maiores porcentagens de grandes propriedades, em relação à área cadastrada, de Mato Grosso.

Nessa região foi aberta a BR-158, que liga Barra do Garças à Vila Rica, na divisa com o Pará, que fazia parte da área-programa Xingu-Araguaia, no POLAMAZÔNIA. Consoante Abreu (2001:143):

Dentro dessa área-programa situava-se a fazenda Suiá-Miçu, do grupo italiano Liqifarm (que deu origem a cidade Liqilândia), com 50 mil reses no município de Barra do Garças. A presença desse

Grupo foi determinante para que a área fosse potencialmente considerada pólo agroindustrial e para que a BR-158, já planejada pelo Programa Rodoviário do I PLADESCO, fosse retomada e construída, assim como outras estradas vicinais, para ligação das zonas produtoras com a área de influência da Suiá-Miçu.

Com a construção da rodovia, surgiram diversas área de colonização e que deram origem aos municípios de Alto Boa Vista, Cocalinho, Luciara, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha e São José do Xingu, que juntamente com os já existente municípios de Barra do Garças e São Félix do Araguaia, apresentam as maiores concentrações de terras do Estado.

A Tabela 3 demonstra a alta concentração de terras na região, e demonstra que minifúndios e pequenas propriedades são raridades no Vale do Araguaia.

Na Chapada dos Parecis

A região da Chapada dos Parecis integrou, como área-programa, o POLOCENTRO, que implantou uma malha viária na região, e infra-estrutura para armazenamento da produção agrícola, e posteriormente também foi beneficiada pelo POLONOROESTE, que implantou diversas estradas vicinais, escolas rurais e postos de saúde nos municípios abrangidos.

Tabela 3

Situação fundiária dos municípios do Vale do Araguaia

Município	Propriedades cadastradas	Área cadastrada em ha	% de minifúndio e pequenas	% de médias propriedades	% de grandes propriedades
Alto Boa Vista	144	552.729,0	1,5	4,6	94,8
Barra do Garça	1075	2.332.72,4	2,4	8,8	88,5
Cocalinho	390	1.443.229,6	0,05	0,05	94,8
Luciara	126	332.996,8	1,8	4,1	94,1
Ribeirão Cascalheira	474	785.418,7	4,8	7,5	87,76
Santa Terezinha	309	1.443.229,6	3,7	1,5	94,8
S. Félix do Araguaia	607	1.554.849,4	2,6	6,6	90,5
S. José do Xingu	238	948.493,4	0,06	2,6	96,8

Fonte: Estatísticas consolidadas do recadastramento/1992, INCRA.

Atualmente a região é formada pelos municípios de Alto Paraguai, Arenópolis, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Tangará da Serra e Sapezal. Esse foi desmembrado do município de Campo Novo do Parecis, que por sua vez foi desmembrado de Diamantino. Entretanto, nas estatísticas do INCRA não consta o município de Sapezal, que ainda não havia sido criado quando da consolidação dos dados pela autarquia. A Tabela 4 demonstra a estrutura fundiária de região.

A região também possui uma grande concentração de terras, e que se deve a dois motivos. O primeiro deles é que na área de chapada, que envolve os município

de Campo Novo do Parecis, Diamantino e a maior parte de Tangará da Serra, há a exploração da terra por meio da cultura de soja, milho, arroz, algodão e cana de açúcar, que alimenta uma indústria sucro-alcooleira em Campo Novo d Parecis. A exploração de commodities demanda propriedades maiores para que a lavoura torne-se rentável.

O segundo é que na parte abaixo da chapada há a exploração, em sua maior parte, da pecuária extensiva, e em menor parte da cana-de-açúcar para abastecer uma indústria sucro-alcooleira localizada no município de Nova Olímpia, que também integra a região, mas não foi beneficiada pelo POLOCENTRO.

Tabela 4

Situação fundiária dos municípios da região da Chapada dos Parecis

Município	Propriedades cadastradas	Área cadastrada em ha	% de minifúndio e pequenas	% de médias propriedades	% de grandes propriedades
Alto Paraguai	453	185.195,0	11,0	19,2	69,8
Arenópolis	295	123.786,0	15,8	27,9	56,3
C. Novo do Parecis	881	1.577.597,2	2,3	22,7	75,1
Diamantino	1200	1.634.837,9	4,9	22,0	73,0
Nortelândia	104	103.063,2	10,9	9,6	79,5
Nova Marilândia	142	89.661,8	10,9	30,3	58,7
Sto. Afonso	161	129.273,8	6,1	7,2	86,8
T. da Serra	1201	638.485,3	10,1	15,5	74,4

Fonte: Estatísticas consolidadas do recadastramento/1992, INCRA

Na região Oeste

A região Oeste do Estado possui uma ocupação mais antiga, e que foi feita pela Coroa Portuguesa no intuito de fixar a fronteira brasileira.

Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade são cidades que têm sua origem ainda no século XVIII, e foram criadas por ordem del-rey, sendo que a segunda por muito tempo foi a capital administrativa da Capitania de Mato Grosso, enquanto os municípios de Araputanga, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Rio Branco, e São José dos Quatro Marcos tiveram sua origem em projetos de colonização particular, e

com incentivo do governo estadual, que nos anos 50 vendeu, a particulares, terras no intuito de povoar a região. A região foi incluída em dois projetos, o PLADESCO e o POLONOROESTE.

A presença das grandes propriedades domina a região, com exceção dos municípios de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatros, que apresentam altos índices de minifúndios e pequenas propriedades, demonstrando uma boa distribuição de terras nos referidos municípios. A Tabela 5 apresenta a situação fundiária da região.

Tabela 5

Situação fundiária dos municípios do Oeste de Mato Grosso

Município	Propriedades cadastradas	Área cadastrada (ha)	minifúndio e pequenas (%)	médias propriedades (%)	grandes propriedades (%)
Araputanga	440	171200,3	16,2	14,8	69,0
Cáceres	2756	2.077.520,4	7,5	13,1	79,2
Mirassol d'Oeste	456	72.067,8	43,1	19,5	37,4
Pontes e Lacerda	1573	873.870,3	10,4	18,4	71,1
Rio Branco	338	62.759,0	33,0	36,3	30,7
S. José dos 4 Marcos	889	108.970,1	53,6	27,8	18,6
Vila B. S. Trindade	1404	1.732.469,8	4,8	18,1	77,1

Fonte: Estatísticas consolidadas do recadastramento/1992, INCRA

O município de Cáceres faz parte do ecossistema do pantanal, o que propicia o surgimento de grandes propriedades de terras coma a exploração extensiva da pecuária. Se não bastasse isso, a região está localizada na faixa de fronteira, ou seja, uma área de 150 km da divisa com os países vizinhos, o que torna a titulação da terra um grande problema, e que por anos se arrasta sem que seja efetivamente resolvido.

A região Sul

A região Sul do Estado é de ocupação mais antiga, em relação ao Norte e Noroeste (Chapada do Parecis), com algumas cidades que tiveram sua origem ainda nos anos 30, através da atividade do garimpo de ouro, como é o caso de Poxoréu e Guiratinga.

O pólo econômico da região é a cidade de Rondonópolis, que tem sua atividade econômica calcada na agroindústria. A região foi beneficiada pelo PLADESCO, e mesmo com uma ocupação mais antiga, em relação às demais área do estado, a estrutura fundiária permanece inalterada, tendo como base a grande propriedade. A Tabela 6 demonstra a situação fundiária da região, que segue a tendência do resto do estado.

CONCLUSÃO

Historicamente a reocupação do Estado de Mato Grosso se deu com base na grande propriedade rural. Quando o estado planejador do desenvolvimento teve a oportunidade de modificar a estrutura fundiária não o fez, pelo contrário, incentivou a manutenção do modelo.

A implantação da infra-estrutura para a ocupação de áreas consideradas ‘vazias’, aliada a concessão de incentivos fiscais,

mantve a estrutura com base na grande propriedade rural, com raras exceções.

Tabela 6

Situação fundiária dos municípios do Sul de Mato Grosso

Município	Propriedades cadastradas	Área cadastrada (ha)	minifúndio e pequenas (%)	médias propriedades (%)	grandes propriedades (%)
Alto Garças	438	343.125,8	5,3	25,6	69,1
Itiquira	515	654.233,3	2,2	15,1	82,7
Jaciara	346	158.551,6	9,9	24,4	65,7
Primavera do Leste	560	526.383,0	4,2	20,5	75,2
Rondonópolis	1493	418.960,7	16,0	22,4	60,7

Fonte: Estatísticas consolidadas do recadastramento/1992, INCRA

Os projetos desenvolvidos e implantados pela SUDECO nunca visaram a modificação da estrutura fundiária, mas apenas criar condições para que houvesse uma absorção dos excedentes populacionais nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e a integração da terra no processo econômico que ocorria no sul e sudeste.

Observando por esta óptica, os projetos da SUCEDO foram vitoriosos, porque diversos núcleos populacionais surgiram, havendo uma grande migração de pessoas de outras regiões para o Estado de Mato Grosso. Além disso, as terras do Estado que antes, aparentemente, não eram exploradas – aparentemente porque no

interior havia uma intensa exploração de poaia e borracha - foram integradas ao processo econômico, sendo hoje, o Estado, um dos maiores produtores de commodities do Brasil.

Entretanto, o lado perverso do planejamento governamental está presente, qual seja, a concentração de terras nas mãos de poucos, e terras essas, que muitas vezes são utilizadas apenas para especulação econômica, sem que haja a efetiva exploração com modernas técnicas de cultivo ou mesmo de extrativismo sustentável.

Atualmente estão em implantação no Estado diversos assentamentos rurais. Entretanto, tais modificações ainda não

podem ser percebidas nas estatísticas do INCRA, considerando que a autarquia apenas divulgou os estudos com base no recadastramento de 1992.

Por outro lado, a curto e médio prazo não haverá sensível modificação na estrutura fundiária, porque cada vez mais o governo federal e estadual promove o incentivo da cultura de commodities para exportação, forçando a concentração de terras.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a sudeco no espaço mato-grosense - contexto, propósitos e contradições.** São Paulo, 2001, Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CARDIM, Sílvia Elizabeth de C.S., VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo. **Análise da estrutura fundiária brasileira.** Brasília: INCRA, s.d. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/_down/analise.zip> Acesso em: 8 jul. 2002.

INCRA, **Atlas Fundiário Brasileiro.** Brasília, 1996. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/atlas/atlas.htm> Acesso em: 9 jul. 2002.

INCRA, **Estatísticas Consolidadas do Recadastramento/1992,** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/1998.htm> Acesso em 9 jul. 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O processo histórico de mato grosso.** 2. ed. Cuiabá : UFMT, 1990.